# **Universidade de São Paulo**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Prof. Rodrigo Goyena Soares

e-mail: rodrigo.goyenasoares@usp.br

1º semestre 2021 – FLH0647

# **História da classe média brasileira**

**Unidade III – Padrões de atuação da classe média no Brasil Republicano**

1. **A classe média à época da cafeicultura oligárquica (1889-1920)**
	* Leituras obrigatórias: CARONE, Edgar. A República Velha. Instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Parte II: Classes Sociais; OWESNBY, Brian P. Intimate ironies. Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.

**I] A crise do Império**

* Nova alternância no poder entre conservadores e liberais:
	+ 1878-1885: liberais.
	+ 1885-1889: conservadores.
	+ 1889: liberais.
* Alternância, contudo, não era uma renovação partidária propriamente dita.
	+ Surgimento de “bando de ideias novas”, na expressão se Sílvio Romero.
		- Eram novas filiações intelectuais e doutrinárias, difusas em suas representações e com personagens mais plásticos do que rígidos.
* Questões centrais:
	+ Religiosa, servil, republicana e militar.
		- O declínio do Vale do Paraíba.
		- A ascensão do Oeste Paulista.
		- O lugar da classe média.

**II] O alvorecer da República e a classe média**

1. **Primeiras Eleições**
* Eleições de fevereiro de 1891, que deram a presidência a Deodoro e a vice-presidência a Floriano Peixoto, foram indiretas.
	+ As eleições para Vice-Presidente eram feitas separadamente do pleito eleitoral para Presidente.
	+ Floriano Peixoto, notadamente, candidatou-se e para Presidente e para Vice-Presidente.
		- Quem votaria numa eleição direta?
		- Votavam os maiores de 21 anos, seja qual fosse sua renda.
		- Proibia-se expressamente o voto aos analfabetos, aos mendigos e aos militares de baixa patente (praças de pré); implicitamente, visto que não havia menção no texto, as mulheres foram excluídas do voto.
		- Mantinha-se, portanto, a lógica eleitoral da lei Saraiva, de 1881, na medida em que não votou mais de 5% da população em todo o período da Primeira República.
		- Mais grave, a característica aberta, e não secreta do voto, dava margem às manipulações eleitorais que o Império conhecera preteritamente.
* Quando eleito para a presidência da República, Deodoro decidiu renovar o ministério do governo provisório.
	+ Compôs um ministério que excluía os políticos não alinhados com as tentativas de fortalecer o poder Executivo.
	+ Interveio também nos Estados, valendo-se do direito que lhe assegurava a carta constitucional de nomear funcionários públicos.
* Nada poderia parecer pior aos olhos dos republicanos paulistas, que vislumbravam em Deodoro o retorno da centralização monárquica.
	+ Deodoro pretendia eliminar a desigualdade de representação na Câmara de Deputados.
		- Oposição no Congresso e cenário de crise econômica.
			* Novembro de 1891, Congresso tenta aprovar a Lei de Responsabilidades, que reduzia significativamente os poderes do presidente.
* O cenário econômico:
	+ O trabalho assalariado, acreditava-se, iria expandir a demanda e, consequentemente, a produção, o que significaria crescimento econômico, em última instância.
		- Tornou-se claro para Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda do período republicano, que haveria necessidade de renovação no que concerne à expansão da iniciativa privada e do investimento, fosse interno ou externo.
		- O maior entrave, consoante Rui Barbosa, estaria na precariedade do sistema bancário, o que significava escassez do meio circulante.
			* Com a proclamação da República, e a consequente publicação da lei Bancária de 1890, Rui Barbosa punha termo ao debate entre papelistas e metalistas.
				+ Sairiam aqueles na frente em detrimento destes.
				+ Pela lei, terceirizou-se a emissão do meio circulante.

Os bancos de emissão criados por Rui Barbosa poderiam expandir a oferta de crédito de agora em diante.

Melhor, essas novas emissões não necessitariam ter lastro em ouro, mas em títulos da dívida pública.

Estimava-se que a decorrente inflação, oriunda da expansão da demanda, seria comprimida por um aumento na oferta de bens, trazendo assim novo equilíbrio monetário.

Além de monetizar os ex-escravos e os novos imigrantes, a lei contribuiria para os esforços de industrialização do país, um interesse especial da classe média, visto que a facilidade do crédito teria como contrapartida a expansão dos investimentos.

* + A nova lei pareceu resultar no que fora esperado a princípio.
		- O número de companhias listadas na bolsa de valores quintuplicou em espaço de três anos.
			* Multiplicaram-se as atividades industriais, das quais participavam os bancos recentemente criados.
				+ Pouco mais de três meses após a edição da lei Bancária, Rui Barbosa autorizou a criação de bancos emissores regionais.

O Banco da República dos Estados Unidos do Brasil – resultado da fusão com o Banco Nacional, criado no gabinete de Visconde do Ouro Preto – e o Banco do Brasil – o terceiro a contar desde 1808 – foram autorizados a duplicar sem conversibilidade em ouro o volume de emissões.

* + Na bolsa de valores, contudo, formou-se rapidamente uma espiral especulativa.
		- As emissões foram pouco empregadas na produção industrial, e as que, sim, o foram se concentraram sobretudo em São Paulo.
			* A maior parte do crédito, para desgosto de Rui Barbosa, tornou-se recurso especulativo.
			* Assim, deu-se origem à crise do *encilhamento*, que se caracterizou por uma crise financeira que derrubou os preços das ações e arrefeceu a expansão das indústrias, quando não as levou à falência.
* No dia 3 de novembro de 1891, o presidente dissolveu o poder Legislativo, à moda da carta de 1824, e prometeu uma nova constituinte.
	+ - Vinte dias após a dissolução do Congresso, parte das Forças Armadas, sobretudo aquelas ligadas ao jacobinismo do Marechal Floriano Peixoto, aliou-se à oposição civil para derrubar Deodoro da Fonseca.
			* Primeira Revolta da Armada.
* O segundo golpe em menos de três anos dava a presidência a Floriano Peixoto.
	+ O novo Presidente constitui uma República jacobina, isto é, radical, militar e popular.
	+ Defendia maior centralização do que aquela configurada na carta de 1891 e, para tanto, contava com o apoio da mocidade militar do Exército.
	+ Mas!
		- Sem o Partido Republicano Paulista, os florianistas não governariam, e sem estes, aqueles não teriam acesso à União.
	+ Tornavam-se mais nítidas as três variáveis de incerteza política que caracterizaram os 40 anos da Primeira República, quais sejam, a gestão dos atores coletivos, as relações entre União e Estados e entre Executivo e Legislativo.
	+ O governo de Floriano Peixoto editou lei que vedou aos bancos o direito de emissão de papel-moeda, mas garantiu a constituição de um pequeno fundo de empréstimos públicos.
		- Ao mesmo tempo, Floriano tabelou os preços dos bens de primeira necessidade.
			* Rodrigues Alves, ministro da Fazenda durante o governo de Floriano Peixoto, tornou-se defensor do metalismo e, com ele, Serzedelo Correia, também ministro da Fazenda no mesmo período.
* O compromisso entre o Partido Republicano Paulista e Floriano Peixoto abriu uma segunda brecha na ordem constitucional de 1891, se considerarmos a primeira a dissolução do Congresso por Deodoro.
	+ A Constituição previa, no caso de vacância na presidência nos primeiros dois anos de mandato, a convocação de novas eleições, que o Vice-Presidente deveria assegurar.
	+ Embora o Partido Republicano Paulista advogasse o respeito à ordem constitucional, não se opôs a permanência de Floriano até 1894, quando completaria o mandato de Deodoro.
* A Revolução Federalista
* Segunda Revolta da Armada
1. **Entropia republicana: os anos Prudente de Morais**
* Desmantelamento da aproximação com os florianistas.
	+ O acordo de 1894 era tácito e não resistiu as desmobilizações da base jacobina promovidas pelo novo presidente paulista.
		- Ficava clara a fronteira ideológica que separava a elite política agroexportadora do republicanismo radical carioca.
		- De forma a limitar a margem de ação dos jacobinos, Prudente de Morais cortou a verba militar e demitiu funcionários públicos ligados ao radicalismo florianista.
			* Os jacobinos responderam à altura das demissões, provocando arruaça pública e protestos de grande envergadura.
				+ Eram membros da classe média e popular, operários e, sobretudo, militares de baixa patente: acusavam o arrocho fiscal e os altos custos de vida.
		- Os jacobinos eram nacionalistas e, não raro, assumiam feições antilusitanas.
			* Conforme pregara o próprio Floriano Peixoto, os portugueses – ou galegos, como eram então chamados – deveriam ser extirpados do Brasil, já que além de monopolizar o comércio varejista do Rio de Janeiro, davam preferencia a contratação de mão de obra portuguesa em detrimento da brasileira.
* Prudente de Morais não cedeu:
	+ Buscou cindir o Exército entre oficiais de baixa patente e alto oficialato.
	+ O objetivo era torná-lo menos uma instituição total do que uma entidade vinculada à presidência.
		- Cooptou o ministério da Guerra, expulsando os últimos vestígios florianistas do governo.

**III] A rotinização do regime: de Campos Sales a Afonso Pena**

* Após a tentativa de assassinato contra Prudente de Morais, o movimento jacobino foi sufocado. Os militares voltaram à caserna, e a presidência buscou apoio nas bancadas estaduais.
	+ Prudente de Morais garantiu a eleição de Campos Sales, político paulista que então governava o Estado de São Paulo, em detrimento de Lauro Sodré, candidato positivista da oposição paraense.
	+ São Paulo lançava-se à frente da política dos Estados, o que significava pôr termo às espadas de 1889.
* Campos Sales compreendeu rapidamente que a chave-mestra da Constituição de 1891 estava nos Estados.
	+ Garantir a governabilidade do regime era assegurar a unidade entre Executivo e Legislativo.
		- A União deveria contar com o apoio dos Estados, que articulavam as eleições para a Câmara de Deputados.
		- Em troca, a União apoiaria os Presidentes de Estados e os aliados regionais.
* A rotinização do regime entabulada por Campos Sales marcou a cadência do andar republicano, pelo menos até 1910.
	+ Os maiores Estados, assim considerados não somente pelo tamanho de suas bancadas legislativas, mas também pela envergadura da Força Pública estadual e da economia, sucederam-se no poder, fazendo eleições e elegendo Presidentes da República.
	+ Saiu à frente, como era de se esperar, o Estado de São Paulo, seguido de Minas Gerais e, em menor medida, do Rio Grande do Sul.
* Para São Paulo, necessidade de manter controle da União, visto que ao ente federal à implementação das políticas monetária, fiscal e cambial.
	+ A sustentabilidade da produção cafeeira, principal fonte da renda paulista, em muito coincidia com a condução das políticas econômicas federais.
	+ Embora São Paulo tivesse a segunda maior Força Pública Estadual, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, e contasse com uma bancada de 22 deputados, não poderia governar sem os outros.
* Por quê?
	+ O Estado de Minas Gerais, o mais populoso do Brasil segundo o censo de 1890, tinha bancada maior: eram 37 deputados mineiros, que influenciavam sobremaneira o acesso aos cargos públicos federais.
	+ A economia mineira, no entanto, não correspondia ao potencial de São Paulo, o que deixava Minas Gerias em posição de dependência perante os recursos orçamentários da União.
	+ Não surpreende que os mineiros tenham insistido, ao longo da Primeira República, na expansão das ferrovias federais, que beneficiariam inevitavelmente o Estado de Minas Gerais, visto sua centralidade geográfica.
* Economia fundamentada mais no café do que no gado, Minas Gerais apoiou São Paulo, pelos menos durante os primeiros anos republicanos, nos sucessivos planos de sustentação da produção cafeeira.
	+ O controle da política econômica da União seria exercido sem embates entre Minas Gerais e São Paulo.
* O Rio Grande do Sul era mais problemático para mineiros e para paulistas.
	+ Os gaúchos contavam com o maior número de efetivos do Exército, o que significou constante presença do Rio Grande do Sul nas cúpulas castrenses e no Clube Militar.
	+ Militares e republicanos gaúchos coincidiam no positivismo que marcou a República antes de chegada de Prudente de Morais à presidência.
	+ Constituição do Rio Grande do Sul era emblematicamente positivista: era a única que permitia a reeleição indefinida do Presidente de Estado.
* Somava-se uma economia voltada para o mercado interno à união entre oficiais de alta e baixa patente com o Partido Republicano Rio-grandense, que não agradava especialmente paulistas e mineiros.
	+ Se a política econômica da União fosse muito laxista, o que privilegiava, em grande medida, a economia cafeeira do Sudeste, a economia gaúcha sofreria com a alta da inflação e, portanto, com a perda de poder aquisitivo dos consumidores nacionais.
	+ Se considerarmos, ainda, a forte concorrência do charque platino, temos que os gaúchos eram fervorosos advogados de políticas conservadoras e ortodoxas.
* A política dos Estados resultou na concertação entre paulistas e mineiros; juntos, ambos os Estados superavam amplamente a bancada legislativa gaúcha.
	+ Essa *“política do café com leite”,* denominação que caracterizou a concertação entre São Paulo e Minas Gerais, mais se parecia a uma política do café...com café, visto que havia mais identidade do que complementariedade entre paulistas e mineiros.
* Se Sucederiam esses Estados na presidência da República, a contar a partir de 1902, quando deixou o governo Campos Sales.
	+ Largariam novamente os paulistas na frente, em consideração com o apaziguamento político trazido por Campos Sales e pelo bem da *rotinização do regime.*
	+ O Rio Grande do Sul ficou fora do arranjo político.
	+ Afirmava-se o regime civilista em torno da união entre membros do Partido Republicano Paulista.
* A presidência do paulista Rodrigues Alves, entre 1902 e 1906, foi marcada por um empreendedorismo modernizador, especialmente no Rio de Janeiro.
	+ Constitui ministérios sólidos e duradouros, notadamente com José Maria Da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, na pasta das Relações Exteriores, com J. J. Seabra no ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, e José Leopoldo de Bulhões Jardim na pasta da Fazenda.
		- Fortalecimento interno e externo.
* Projeto modernizador:
	+ Nomeação de Oswaldo Cruz na Diretoria-Geral da Saúde Pública.
	+ Nomeação de Pereira Passos para a prefeitura do Rio de Janeiro.
* Em parte devido à expansão dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em parte em razão do saneamento econômico promovido por Campos Sales, a presidência de Rodrigues Alves inaugurou período de crescimento do produto interno sob controle das emissões.
	+ Fruto de incentivos fiscais, a indústria expandiu-se, ainda que essa pujança se concentrasse sobremaneira no setor têxtil.
	+ A produção cafeeira, devido às plantações anteriores, não cessava de aumentar, o que terminaria pondo em risco a manutenção da renda dos cafeicultores, sobretudo se houvesse valorização do câmbio.
		- Foi precisamente o que ocorreu em 1905, quando a taxa de câmbio alcançou os patamares de 1902.
			* A persistência do investimento externo combinada à contínua expansão das vendas de borracha não apontavam para a desvalorização que os cafeicultores paulistas almejavam.
				+ Pior, o ano de 1906 indicava que uma nova supersafra de café levaria ao colapso dos preços do café.